



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LARISSA CHRISTIELY DOS SANTOS MARTINS

**A ASCENSÃO NA POLÍTICA E O ACESSO À TERRA EM
RUANDA PÓS GENOCÍDIO: A Emancipação das Mulheres Sob a
Ótica do Feminismo Negro Decolonial Africano**

**JOÃO PESSOA
2020**

LARISSA CHRISTIELY DOS SANTOS MARTINS

**A ASCENSÃO NA POLÍTICA E O ACESSO À TERRA EM
RUANDA PÓS GENOCÍDIO: A Emancipação das Mulheres Sob a
Ótica do Feminismo Negro Decolonial Africano**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao Programa de
Graduação em Relações
Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações
Internacionais.

Área de Concentração: Política
Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann.

**JOÃO PESSOA
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

m379a Martins, Larissa Christiely dos Santos.

A ascensão na política e o acesso à terra em Ruanda pós genocídio [manuscrito] : a emancipação das mulheres sob a ótica do feminismo negro decolonial africano / Larissa Christiely dos Santos Martins. - 2020.

37 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2020.

"Orientação : Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Ruanda. 2. Emancipação. 3. Acesso à terra. 4. Feminismo negro decolonial africano . I. Título

21. ed. CDD 327.172

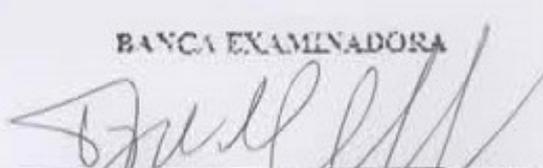
LARISSA CHRISTIELY DOS SANTOS MARTINS

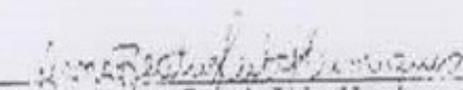
**A ASCENSÃO NA POLÍTICA E O ACESSO À TERRA EM RUANDA PÓS-
GENOCÍDIO: a emancipação das mulheres sob a ótica do feminismo negro decolonial
africano**

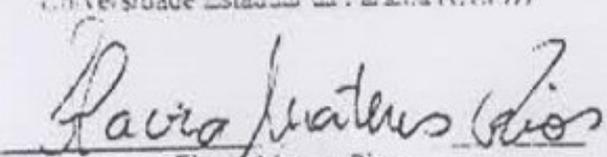
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em
Relações Internacionais.

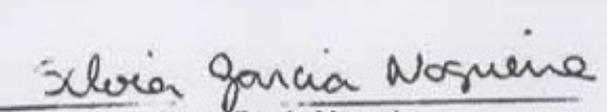
Aprovada em **23/07/2020**

BANCA EXAMINADORA


Paulo Roberto Loyola Kallmann (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Anna Beatriz Leite Henriques
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Flávia Mateus Rios
Universidade Federal Fluminense (UFF)


Silvana Garcia Noqueira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à toda comunidade feminina negra por não desistir de lutar. Por me mostrar o significado de força, sabedoria e resistência.

Agradeço à minha família por todo amor e cuidado desde o início da minha vida.

À minha mãe Maíra e à minha vó Suely, por sempre apoiarem minhas decisões, por não deixarem de acreditar em mim em nenhum momento e estarem ao meu lado quando precisei desabafar e descontraír.

Ao meu padrasto Wanderson, que me impulsiona e me desafia há doze anos, por acreditar no meu potencial, com muito afeto e suporte.

Às duas mulheres que foram importantes para a fase inicial desse trabalho, Ananda e Monalisa. Agradeço pelo meu caminho ter cruzado com o de vocês. Às nossas conversas esclarecedoras e ao apoio de ambas.

Aos meus amigos de João Pessoa por deixarem essa caminhada mais leve.

Agradeço ao meu orientador Paulo, por aceitar esse desafio e acreditar que o meu desejo era possível. Às aulas maravilhosas, por mostrar novos pontos de vista. E claro, por toda dedicação, paciência e carinho durante o trajeto desse trabalho.

E finalmente, agradeço à toda comunidade acadêmica da Universidade Estadual da Paraíba e aos professores do curso de Relações Internacionais por todo aprendizado que contribuiu para a minha formação.

“The first one is oppression from outside (colonialism and neo-colonialism); the second one is from traditional structures; the third one is her backwardness; the fourth is man; the fifth is her color; her race; and the sixth is herself.”

Omolara Ogundipe-Leslie

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	05
1 O GENOCÍDIO EM 1994.....	07
2 PERCEPÇÕES DAS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO PÓS GENOCÍDIO.....	10
3 OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PARA CONQUISTAR A EMANCIPAÇÃO.....	13
<i>3.1 As Ruandesas no Âmbito Político e no Âmbito Rural.....</i>	<i>16</i>
<i>3.2 O papel das Organizações em Ruanda.....</i>	<i>20</i>
4 O(S) FEMINISMO(S) NA ÁFRICA.....	23
5 OS DESDOBRAMENTOS DA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES RUANDESAS E O(S) FEMINISMO(S) AFRICANO(S)	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	34

A ASCENSÃO NA POLÍTICA E O ACESSO À TERRA EM RUANDA PÓS GENOCÍDIO: A Emancipação das Mulheres Sob a Ótica do Feminismo Negro Decolonial Africano

Larissa Christiely dos Santos Martins

RESUMO

Em 1994, Ruanda foi destaque na mídia internacional devido ao genocídio contra o grupo étnico Tutsis – em sua maioria - orquestrado pelo grupo étnico dos Hutus, ocorrido no mesmo ano. Vinte e cinco anos depois, o país aparece novamente em evidência, no entanto, em um cenário animador: a política ruandesa está entre as dez primeiras com maior igualdade de gênero. O presente artigo debate sobre a emancipação das mulheres ruandesas, após o genocídio de 1994, e a sua relação com as mudanças na vida política e privada e o acesso à terra. Ademais, são realizadas análises sobre o alcance dessas alterações, buscando as transformações além do plano formal e, por fim, relacionando com os debates das autoras africanas sobre o Feminismo Negro Decolonial.

Palavras-chave: Ruanda; Emancipação; Acesso à Terra; Feminismo Negro Decolonial Africano

ABSTRACT

In 1994, Rwanda made the headlines in the international news because of that year's genocide against the ethnic group Tutsis. Twenty five years later, the country has shown up again, but in a better scenario: Rwandan politics are in the top ten for gender equality. This article debates the emancipation of Rwandan women after the genocide in 1994 and your connection with the changes in political and private life and access to land. Furthermore, analysis has revealed the scope of these modifications, searching for transformations beyond the formal sphere and, lastly, recognizing the connection to the debates of African female authors concerning the Decolonial Black Feminism.

Key-words: Rwanda; Emancipation; Access to land; African Decolonial Black Feminism

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos últimos anos, os veículos de informação têm apresentado reportagens sobre o aumento da participação das mulheres na política em Ruanda, apontando o mesmo entre os países com maior igualdade de gênero, ocupando o nono lugar do último levantamento do The Global Gender Gap¹ de 2020 e já ocupou o sexto lugar no levantamento realizado em 2018. Em geral, é feito um resumo, fala-se sobre os antecedentes, como por exemplo, o genocídio ocorrido em 1994 e a vida das mulheres anteriormente a esses acontecimentos. No entanto, apesar de parecer que Ruanda apresenta uma posição destacada no cenário mundial em relação às mulheres, pouco é debatido sobre o desenrolar de mudanças na estrutura econômica, social e política na vida da mulher ruandesa, quais mulheres chegaram a esses cargos, como é a relação das mulheres com instituições e o que a terra simboliza nas vidas delas, além de não relatar se houve mudança considerável na Constituição do país.

O presente artigo apresenta de que maneira a ascensão na política e o acesso à terra influenciam na emancipação da mulher ruandesa urbana e rural após o genocídio que ocorreu em 1994. Preocupando-se em analisar se após o genocídio ocorrido em 1994 a mulher ruandesa se emancipou sob a influência da ascensão na política e o acesso à terra, promovido pelo governo e por organizações que defendem os direitos das mulheres, com a finalidade de identificar a forma e o nível dessas mudanças no plano estrutural. São nessas questões que esse artigo define seu foco, ou seja, quais os parâmetros de emancipação alcançados pelas mulheres ruandesas, de acordo com o Feminismo Negro Decolonial Africano.

Ademais, estimula a produção científica sobre o tema, fato este que é oportuno para contribuir para os estudos africanos no Brasil e ainda, sobre a aquisição de terras, debate constante e fundamental na região da América Latina, unindo a emancipação das mulheres com a posse da terra e a ascensão a cargos políticos. Percebe-se que na história de Ruanda essas questões existem de maneira singular, se envolvendo de forma

¹ O relatório realizado pelo Fórum Econômico Mundial examina quatro áreas gerais de desigualdade entre homens e mulheres em 130 economias do mundo. Sendo essas: participação econômica e oportunidade - resultados sobre salários, níveis de participação e acesso a empregos qualificados; nível de escolaridade - resultados sobre o acesso ao ensino básico e superior; empoderamento político - resultados sobre a representação em estruturas de tomada de decisão; e por fim, saúde e sobrevivência - resultados sobre a expectativa de vida e a proporção entre os sexos. Nesse caso, a paridade não é assumida, presume-se que haja menos partos femininos que homens e os homens morrem mais jovens. Desde que as mulheres vivam pelo menos 6% mais que os homens, a paridade é assumida, no entanto, se for inferior a 6%, conta como uma lacuna de gênero (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2020).

intrínseca. Logo, é necessário apresentar novas perspectivas e análises, mesmo que de fontes já existentes, contribuindo para o crescimento desses estudos, ampliando o campo analítico no Brasil no que tange à questão das mulheres africanas, principalmente das mulheres negras, despossuídas, ao redor do mundo, a partir da ótica do Feminismo Negro Decolonial Africano.

No primeiro momento, o artigo introduz uma breve descrição histórica do genocídio ocorrido em Ruanda em 1994, para logo após permitir uma compreensão da abordagem em relação às mudanças nas relações de gênero. Em seguida, o trabalho preocupa-se em expor os obstáculos enfrentados pelas mulheres ruandesas, tanto da região urbana quanto rural, na sua vida pública e privada; criando parâmetros de verificação da emancipação a partir do Feminismo Negro Decolonial Africano e buscando o entendimento do panorama da emancipação da mulher ruandesa por meio do acesso à terra. Para isso, foi utilizada bibliografia com autoras, principalmente ruandesas e de outras regiões da África, que tratam de conflitos africanos, emancipação feminina pela terra e feminismo africano, além de pesquisa documental e relatórios das organizações internacionais e locais.

1. O Genocídio em 1994

As alterações políticas e sociais relacionadas às mulheres ruandesas após o genocídio de 1994 podem ser compreendidas de maneira mais nítida por meio da história das Relações Internacionais e o Feminismo Negro Decolonial Africano, por conseguinte a pesquisa parte desses estudos para descrever o genocídio. Assim, em 1885, enquanto a Europa vivia o ápice do imperialismo e da colonização, a África organizava-se em sociedades e tinha um conceito diferenciado do Ocidente de como se constituíam as fronteiras. Estas eram desenhadas por culturas, línguas, comércio e outros fatores que poderiam até vir a se sobrepor. De acordo com Prunier (2009, p. 29-30), ao chegar à África, os europeus ignoraram as fronteiras já existentes, concepções culturais, econômicas, políticas e sociais, e as redesenharam de acordo com sua própria necessidade lógica. Observa-se então que a emancipação política dos países africanos só ocorreu após a Guerra Fria, tendo em vista que obtiveram sua independência tardia. À vista disso, essas fronteiras impostas de maneira forçada e o colonialismo trazido pela Bélgica, em Ruanda, além de não refletirem as realidades políticas locais, resultou na ascensão de disputas entre os locais devido o favorecimento de determinado grupo étnico.

É nesse contexto que aparece a etnicização e a segregação entre os Hutus e Tutsis. Autores como a ruandesa Justine Uvuza, consultora sênior de política fundiária na ONG Landesa, entendem que a Bélgica usou como estratégia de controle político a atribuição de poderes a chefes tradicionais com mais influência política, implementando o conceito de “raça superior”² nas comunidades principalmente através de mitos históricos para justificar a inferioridade dos Hutus. Utilizavam discursos racistas relacionando premissas biológicas e culturais, estereotipando diferenças entre as duas etnias e fabricando identidades entre eles. Logo, permitiram o estabelecimento da monarquia Tutsi, incentivando sua dominação sobre áreas de Hutus, consumando a dominação de um grupo sob o outro (UVUZA, 2014, p. 04; SILVA, 2011, p.94). Julius Adekunle, nigeriano autor de livros sobre políticas, religiões e culturas da África, explica o desenrolar do genocídio:

Contudo, nenhum dos conflitos anteriores se comparou em magnitude ao de 1994, que foi desencadeado pela morte do presidente Juvenal Habyarimana (um hutu) e de seu colega do Burundi, Cyprien Ntaryamira, em um acidente de avião em 6 de abril de 1994. Habyarimana e Ntaryamira estavam voltando da Tanzânia, onde haviam negociado o cronograma para a implementação das negociações de paz de Arusha. Alegando que o avião foi abatido pela FPR³ dominada pelos tutsis, as Forças Armadas Ruandesas (FAR) dos hutus reagiram com um massacre dos tutsis. Os assassinos se autodenominavam *interahamwe* (aqueles que atacam juntos), e a propaganda no rádio era usada para recrutar mais hutus. Os tutsis também foram para a ofensiva, matando os hutus [...]. Entre abril e julho de 1994, aproximadamente 800.000 hutus e tutsis foram massacrados, milhares foram mutilados e milhões se tornaram refugiados no Burundi, Tanzânia, Uganda e Zaire. (ADEKUNLE, 2007, p. 22. Tradução Livre)

Em março de 1994, o jornal Kangura divulgou: “Habyarimana vai morrer em março” (GOUREVITCH, 2006, p. 107), e no mês seguinte consolidou-se a divulgação, como Adekunle descreve acima. Portanto, assim que os grupos se articularam em meio ao conflito, apesar da quantidade massiva de mortos, muitos conseguiram se refugiar em países fronteiriços. Todavia, foi significativa a inércia da comunidade internacional

² A discussão decolonial mostra que raça é um conceito que possui a hierarquia e a dominação colonial implícitos. Citados por pesquisadores africanos, como Sarah Chiumbu da África do Sul, os sociólogos Quijano (2000) e Grosfoguel (2007), discutem que a raça continua sendo um elemento categorizador da sociedade, logo, a partir daí são construídas as relações de poder no sistema-mundo (a partir do período da colonização) e os princípios da acumulação de capital. Através das discussões sobre colonialidade de poder, os autores abordam como esse controle deu-se além da economia, envolvendo assim o controle do gênero, da sexualidade, da natureza e também das autoridades, como Estado e instituições.

³ Apoiados pelos hutus moderados, os tutsis que haviam se exilado formaram a Frente Patriótica de Ruandesa. A FPR está no poder em Ruanda desde 1994, eleita oficialmente pela primeira vez em 2003 e depois novamente em 2010, após ter feito coalizão com vários partidos menores. Em 2017, o presidente Paul Kagame foi reeleito com 98% dos votos (UVUZA, 2013, p.19).

quando “tropas da ONU⁴ ofereceram pouca resistência ao massacre, enquanto governos estrangeiros fecharam embaixadas e retiraram seus cidadãos de Ruanda. Simultaneamente, o governo francês providenciou um avião militar para transferir Agathe Kanzinga⁵ para Paris” (MENDONÇA, 2013, p. 314).

Os genocidas utilizaram o estupro em massa durante os ataques, o que também foi identificado como estratégia de eliminação dos Tutsis. A violência vivenciada pelas mulheres, já no contexto do conflito, somada às outras formas de agressão que sofriam no cotidiano em um panorama considerado normal em Ruanda, aborda a brutalidade física, crueldade mental e condenação a uma vida de miséria no desamparo e isolamento (MUKAKAYUMBA, 1995, p.149).

As consequências para as mulheres ruandesas foram graves: incluindo o trauma do abuso sexual, muitas foram contaminadas por doenças sexualmente transmissíveis, como o HIV, em um período no qual o acesso a medicamentos antirretrovirais era difícil. Sendo assim, após os três meses de ataques genocidas, Ruanda era um país de população composta por, em média, 70% mulheres, tendo em vista que a maioria dos homens haviam sido mortos, mutilados ou forçados a se refugiarem, o que influenciou drasticamente as relações de gênero e criou um “vácuo” que as mulheres tiveram que preencher, assumindo papéis tradicionalmente masculinos e tendo que ocupar espaços que antes lhes eram negados (VALJI, 2007, p. 6 apud LIPPI, 2013, p. 292; CHIRWA, 2015, p. 119-120).

2. Percepções das Mudanças nas Relações de Gênero Pós Genocídio

Jennie E. Burnet é escritora e professora estadunidense que realiza pesquisas sobre gênero, etnia e reconciliação em Ruanda desde 1996; ela é referência nas pesquisas de estudiosos africanos, como por exemplo, a ruandesa Justine Uvuza. De acordo com Burnet (2008, p. 08), após o genocídio, em julho de 1994, a Frente Patriótica Ruandesa

⁴ De acordo com relatórios da ONU, a UNAMIR (em Português, Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda), foi uma tropa de paz enviada pela ONU ao país, no final de 1993 para supervisionar a implementação do Acordo de Arusha, entre o governo ruandês e a FPR. Em janeiro de 1994, o general canadense comandante da UNAMIR, Roméo Alain Dallaire, entrou em contato com o Assessor Militar da Secretaria Geral da ONU, General Maurice Baril, advertindo sobre a movimentação dos grupos e o perigo de uma guerra civil. A ONU avisou que não interviria, como solução sugeriu a Dallaire que compartilhasse as informações com Habyarimana e com as embaixadas da Bélgica, da França e dos Estados Unidos. E ainda perante à inércia internacional, em abril de 1994, durante o conflito, o Conselho de Segurança organizou uma reunião que resultou na redução do contingente da UNAMIR em 90%, resultando em um total de 270 homens (MENDONÇA, 2013, p. 312-315), demonstrando pouca preocupação com a população e o risco que ela corria.

⁵ Viúva do ex presidente de Ruanda, Juvénal Habyarimana.

nomeou o Government of National Unity (Governo da Unidade Nacional, em Português), um governo de transição e com posturas totalitárias que duraria cinco anos, com o objetivo principal focado na reconstrução do país enterrando a ideologia genocida de meses atrás. Em 1998, o governo estendeu em mais cinco anos o período de transição, justificando que esse tempo seria utilizado para garantir um processo de democratização pacífica e afirmando que a política multipartidária, iniciada anteriormente ao genocídio, havia sido uma das principais causas dos acontecimentos de 1994. Nas eleições locais e nacionais de 1998, a FPR pré-selecionou os candidatos, já com garantia de vitória, e intimidou qualquer pessoa que demonstrasse interesse no cargo. O comando da FPR suprimiu organizações independentes da sociedade civil, como organizações locais de direitos humanos e derrubou partidos políticos da oposição (BURNET, 2008, p. 366).

Todo esse processo defendido pelo governo foi significativo para as manifestações de intolerância à expressão independente e à dissidência política. E assim, com o objetivo de conter os protestos das comunidades de ajuda diplomática e internacional, melhorar sua imagem externa e rejeição interna, o governo começou a disfarçar ações autoritárias como se fossem democráticas. A partir de então, suas políticas eram apresentadas como os melhores métodos para garantir segurança e boa governança. Para isso, o regime aumentou a participação de todos os cidadãos no sistema político com a adoção de um sistema eleitoral em camadas⁶ para o Parlamento e para a Presidência e o regime aumentou as representações de minorias, especialmente mulheres (BURNET, 2008, p. 366-367). Após pesquisas de campo realizadas por um período de dez anos, finalizadas em 2007, Burnet (2008, p.364) percebe que o resultado da participação política feminina representa um paradoxo. Há uma paridade relativa devido à maior parte da população ser composta por mulheres, mas não há representatividade.

À medida que sua participação aumentou, a capacidade das mulheres de influenciar políticas são observadas ainda menos atuantes, como pode ser observado através de declarações mais recentes de mulheres ruandesas no tópico a seguir. No

⁶ A Lei Orgânica nº 17 (Art. 70) estipulava que um candidato à presidência exigia a eleição de uma maioria relativa de votos. Em caso de empate entre os candidatos, a lei eleitoral previa uma segunda rodada de votação. As eleições parlamentares foram realizadas sob diferentes ordenamentos. Para as eleições parlamentares, com base na constituição (art. 77) e na Lei Orgânica nº 17 (art. 23 e 83), foi utilizado um sistema de lista fechada de representação proporcional para alocar 53 dos 80 assentos na Câmara dos Deputados. Um limite de 5% foi estabelecido para impedir a representação de partidos muito pequenos na Câmara dos Deputados (Lei Orgânica nº 17, art. 90). Os assentos restantes foram reservados para representantes especiais de gênero, jovens e grupos constituintes deficientes (MEIERHENRICH, 2006, p. 268).

entanto, algumas literaturas declaram que, em uma democracia genuína, este cenário a longo prazo - o aumento da participação das mulheres - poderia preparar o caminho para sua participação efetiva. O pesquisador Mwambari (2018, p. 90) afirma que essas mulheres se transformaram em 'agentes de reconstrução' em Ruanda pós-genocídio. Ele defende que, embora alguns membros do novo governo tenham desconsiderado os trabalhos ou agenda de paz das mulheres, a maioria dos novos líderes do governo estava aberto às mulheres na liderança desde que aderissem à visão da FPR. E citando a sul africana Rirhandu Mageza-Barthel⁷, confirma que de fato, havia homens na FPR que agiam como condutores para promover os interesses das mulheres, especialmente no lobby por mudanças de leis no parlamento (MWAMBARI, 2018, p. 90).

Os tomadores de decisão do período pós-genocídio, a Frente Patriótica Ruandesa, surgida nos campos de refugiados em Uganda, foram influenciados pelas políticas públicas deste país, incorporando iniciativas relativas aos direitos das mulheres, por exemplo. E assim, surgiram programas e políticas destinadas a aumentar a participação da mulher ruandesa na reconstrução do país. Entre eles, tem-se a “Lei da Herança”, uma emenda ao código civil em 1999, tratando sobre os direitos de herança e propriedade conjugal, no qual permitiu que as ruandesas tivessem capacidade jurídica para assinar contratos e ter propriedades em seu próprio nome, separadas do marido. E ainda houve a concretização do Ministério do Gênero e da Mulher no Desenvolvimento (MIGEPROF, na sigla em Inglês), discutindo, como objetivo primordial, a promoção da igualdade de gênero, reforçando o conhecimento e integrando essas questões nas políticas públicas (KAGABA, 2015, p. 574; BURNET, 2008, p. 367-368).

O patriarcado e seus papéis de gênero, através dos seus preceitos antigos, mantinham as mulheres ruandesas em posição de submissão, sendo sempre acompanhadas e observadas, situação que as mantinham dependentes e resultava na dificuldade de desenvolver suas capacidades. Observa-se que um dos fatores que ajudaram a manter esse padrão era a falta de acesso às propriedades de terra, as quais eram repassadas apenas do marido para os filhos do sexo masculino (HAMILTON, 2000; BROWN; UVUZA, 2006 apud UVUZA, 2014, p. 13). Então, em 2003 uma nova Constituição foi adotada, recomendando o reconhecimento que filhas e filhos recebem direitos iguais para herdar a propriedade dos pais. Segundo o princípio da igualdade de todos os cidadãos, conforme estipulado na constituição de Ruanda, revisado em 2005 e

⁷ Autora do livro *Mobilizing Transnational Gender Politics in Post-Genocide Rwanda* (2015) e pesquisadora no Africa's Asian Options (AFRASO).

2008, todos os ruandeses gozam dos mesmos direitos de acesso à terra sem qualquer discriminação (RUANDA, 2003).

Com as recomendações do governo que visam salvaguardar os direitos das mulheres na terra e os direitos de sucessão também para meninas órfãs, observam-se ações estruturadas possuindo como resultados a política fundiária em 2004 e a Lei Orgânica da Terra em 2005⁸, além da criação de assentos reservados para mulheres na Câmara dos Deputados (KAGABA, 2015, p. 574). Após as políticas pró igualdade de gênero, em 2014 as mulheres conseguiram 63,8% dos assentos na Câmara dos Deputados, superando os assentos reservados para mulheres, que são de 30% desde 2003, ordenado pelo então presidente, Paul Kagame (UN WOMEN, 2014). Ruanda destaca-se como o primeiro parlamento feminino majoritário do mundo com 61,3%, enquanto as mulheres representam uma média global de 24,3% dos membros do Parlamento em 2019 (UM WOMEN, 2019).

Nota-se essa singularidade durante pesquisa realizada por Burnet em 2011, em entrevistas com a população ruandesa; ela identificou que houve um impacto significativo no aumento do envolvimento das mulheres nas estruturas de governança a nível local, tendo em vista que muitas mulheres servem como autoridades eleitas em cargos não reservados para mulheres seja em setores, vilas ou distritos. De acordo com Burnet (2011, p. 17), essa aceitação pelas comunidades locais representa uma mudança enérgica nas atitudes públicas (da população em si) em relação às mulheres; quando perguntada sobre a capacidade da mulher de exercer poder, uma ruandesa, da região norte, deu uma resposta positiva e disse acreditar que as mulheres sabem o que fazer e o fazem da melhor maneira.

Segundo os estudos de 2011 de Uwayezu e Mugiraneza, pesquisadores ruandeses com foco nas questões que envolvem políticas de terras e segurança, a implementação dos regulamentos atuais relacionados ao registro de terras teve impacto igual e positivo no nível de segurança da posse de terra para homens e mulheres. Esses regulamentos estipulam que os direitos à terra são registrados no marido e na esposa, para casais legalmente casados. Em caso de morte de um dos cônjuges, a viúva continua sendo a titular. Na prática, proprietários de terras e autoridades governamentais envolvidas no processo de registro de terras cumprem esses regimentos, aumentando a segurança da

⁸ A lei de 2005 (alterada em 2013) fornece a base legal e cria estruturas institucionais para a administração fundiária acessível nos níveis nacional e local. Ela estipula que todos os ruandeses devem gozar de direitos iguais de acesso à terra sem discriminação. Homens e mulheres devem ter direitos iguais à terra e as famílias são elegíveis para títulos de propriedade conjugal (RUANDA, 2005).

posse das mulheres. As ruandesas são autorizadas a exercer um controle sobre a terra da família e todas as decisões sobre a terra devem ser tomadas mediante consenso unânime entre marido e mulher. Um marido não pode mais vender nenhuma terra sem o consentimento de sua esposa e, se o fizer, ela pode recorrer ao tribunal e reivindicar a devolução da terra pelo comprador (UWAYEZU; MUGIRANEZA, 2011, p. 12). Apesar da importância dessas conquistas, elas não alteram o suficiente as relações de poder, ainda existem necessidade de mais avanços. O patriarcado e suas ramificações seguem sendo reforçadas e naturalizadas na sociedade, como pontuado no capítulo seguinte.

3. Obstáculos Enfrentados para Conquistar a Emancipação

As barreiras enfrentadas pelas mulheres ruandesas são percebidas desde a vida política até a vida privada. Essa questão é identificada através da declaração de Justine Uvuza, em entrevista para a *National Public Radio* sobre a sua pesquisa, em julho de 2016:

Há esse sentimento de solidão e isolamento. Uma das minhas entrevistadas não falou sobre sua própria experiência, mas ela disse que teve vários casos de mulheres na política que estavam falando sobre serem abusadas fisicamente por seus maridos. E por serem figuras públicas, elas não podem sequer buscar a justiça, porque, quando tentam buscar a justiça, a mídia e o mundo vão se interessar – e depois contestar a carreira da mulher (UVUZA, 2016. Tradução Livre).

A ruandesa Uvuza, apresenta em poucas palavras o receio das mulheres, ainda que no poder, nas relações de gênero na vida pública e privada. Há também declarações como de Claudette Mukamana, vice-prefeita de distrito, responsável por assuntos sociais, que ilustrou para a UN WOMEN, em 2018, o que muitas mulheres políticas vivenciam na realidade em Ruanda, ao dizer: “Quando as pessoas veem você ocupando algum desses cargos [eleitos] como mulheres, a primeira pergunta feita por todos é: ela será capaz de desempenhar suas funções? Ela é capaz de ocupar esse cargo?” (MUKAMANA, 2018. Tradução Livre), e de Berthilde Muruta, secretária executiva no distrito de Rubavu, que diz: “Mesmo participando desses treinamentos, há pessoas que pensam que viemos conhecer homens ou para outros negócios, o que dificulta a confiança de nossos maridos” (MURUTA, 2018. Tradução Livre).

Verifica-se que as mesmas mulheres que ocupam cadeiras parlamentares descobriram que seu poder político não se traduz em empoderamento dentro de suas

casas⁹ ou ainda na vida pública. A pesquisadora estadunidense, Burnet (2008, p.364), percebe que considerando que o Estado ruandês se tornou cada vez mais autoritário sob o disfarce da “democratização”, o resultado da participação política feminina representa um paradoxo, como já apontado. À medida que sua participação aumenta, a capacidade das mulheres de influenciar políticas diminuiu, assim Burnet conclui sua pesquisa.

Durante uma entrevista com Chikwenye Ogunyemi, nigeriana e crítica literária, e com Wanjira Muthoni, keniana, escritora e ativista feminista, Susan Arndt (2000), pesquisadora alemã – entre suas áreas de trabalho incluem literatura feminina da África Ocidental¹⁰ – e as convidadas trataram sobre o conceito do movimento de mulheres africanas negras (algumas vezes nomeado de Feminismo Negro Africano), discutiram relações de gênero em países africanos e a maneira como eles são representados na literatura feminina. Durante o debate foi observado que o feminismo branco ocidental se concentra mais na questão de gênero, enquanto o feminismo africano negro já enxerga as relações de gênero sempre no contexto de outras formas políticas, econômicas, culturais e sociais e mecanismos de opressão, como racismo, colonialismo, imperialismo cultural, capitalismo, fundamentalismo religioso e sistemas ditatoriais e corruptos. Percebe-se então que o caso de Ruanda pode ser bem melhor entendido e explorado sob essa perspectiva.

Aqui o debate se traduz a partir das relações de gênero de forma interseccional, onde observa-se a sua formação por características construídas nos moldes ditos pela sociedade, que assim, delineiam as experiências das mulheres negras. Carla Akotirene, escritora brasileira e ativista do movimento negro e feminista, discute sobre a interseccionalidade trabalhando o paradigma afrocêntrico. Segundo a autora, esse debate necessita do ativismo dos grupos: “pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas. Às vezes oprimimos, mas às vezes somos opressores.” (AKOTIRENE. 2018, p. 92). Além disso, Akotirene destaca a necessidade da ascensão desse discurso: “importante dizer que mulheres negras

⁹ Heleieth Saffioti, socióloga brasileira e pesquisadora da violência de gênero, discute os efeitos do patriarcado na divisão sexual do trabalho e nos papéis que reserva para a mulher na sociedade. Observando que as mulheres trabalhadoras estão, dentro e fora do trabalho, sob dominação dos sistemas do patriarcado e capitalismo, a pesquisadora afirma: “para a mulher, ter um emprego significa, embora isso nem sempre se eleve a nível de consciência, muito mais do que perceber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida” (SAFFIOTI, 1969, p. 63).

¹⁰ As principais divisões do território africano, consideradas atualmente, são: África Central, África Meridional, África Ocidental, África Oriental e África Setentrional. Ruanda está localizado na região oriental.

precisavam de uma resposta metodológica que abarcasse múltiplos sistemas de opressão numa proposta metodológica engajada” (AKOTIRENE. 2018, p. 94). Importante destacar que em perspectivas básicas, as mulheres feministas negras estão sempre interseccionando raça e gênero; ainda que o pensamento interseccional não seja exclusivo do Feminismo Negro, ele é abordagem fundante do mesmo.

Sendo assim, os estudos de 2014 realizados por Uvuza – pesquisadora ruandesa citada anteriormente – que descreve a vida da mulher na política no seu país, são um exemplo do conceito mencionado. Análises mostram que a participação das mulheres na maioria das áreas de tomada de decisão não é igual ou pode também ser baseada em categorizações de gênero. As mulheres políticas parecem ocupar predominantemente posições secundárias, por exemplo, como vice-prefeitas. A desigualdade de gênero está na sub-representação das mulheres em diferentes níveis administrativos, tendo em vista que em nível de distritos, os homens ainda ocupam mais de 90% dos cargos como prefeitos (UVUZA, 2014, p. 22).

Durante seus estudos em Ruanda, Burnet também percebeu que ainda haviam muitos obstáculos na vida das ruandesas. Ela afirma ser questionável que o aumento da representação de mulheres nos setores executivo, legislativo e judiciário tem algum significado, tendo em vista que o governo em Ruanda se torna cada vez mais autoritário. Desde 2003, muitas dessas mulheres eram “escolhidas” do governo; logo, estavam mais interessadas em implementar políticas, estas de interesse do governo, do que em influenciá-las. Além disso, as mulheres com diploma universitário que substituíram as anteriores sentiam necessidade do conhecimento experimental crítico de como fazer lobby com um governo não democrático e como negociar manobras no poder (BURNET, 2008, p. 378-379).

É difícil perceber de fato o impacto do envolvimento político das mulheres cidadãs ou dos sentimentos de eficácia política porque o país não é democrático e os cidadãos, inclusive os legisladores, têm pouca capacidade de influenciar políticas. Elas são fortemente incentivadas a seguir as políticas ditadas pelo executivo, a fim de permanecerem em boa posição com a FPR e manterem seus assentos no parlamento, junto aos benefícios. Na prática, o que se observa são dificuldades substanciais ao tentar atualizar sua herança ou direitos à terra, através da emenda ao Código Civil, e a Lei da Terra aprovada em 2005, que constava da garantia de igualdade de acesso à propriedade, incluindo terra, é uma igualdade puramente formal em sociedades rurais, devido a algumas lacunas ainda presentes nos processos para alcançar o direito (BURNET, 2008,

p. 381; BURNET, 2011, p. 15). Muitas dessas barreiras à igualdade, empoderamento e acesso à terra estão relacionadas à falta de independência e de informação que as mulheres têm em outras áreas da vida.

A UN WOMEN, em 2012, percebeu que ainda havia problemas neste sentido. As autoridades estaduais em Ruanda muitas vezes desconhecem as novas leis ou exercem suas práticas de acordo com os pensamentos antigos. E ainda para as mulheres, que são menos instruídas ou familiarizadas com assuntos públicos, acessar o processo judicial pode ser confuso e difícil. Observa-se então que elas se tornam incapazes de acompanhar as atividades econômicas de seus maridos ou de se proteger da intimidação dos membros da família (UN WOMEN, 2012).

Entretanto, dados do World Bank Group do período de 2012 a 2015 mostram que o uso de serviços financeiros do setor formal aumentou substancialmente, e embora ainda existam lacunas, atingiu também os grupos tradicionalmente mal atendidos. A proporção de mulheres que relatam acesso ao setor financeiro formal aumentou de 36% para 63% e a diferença de gênero no acesso ao setor formal diminuiu de 15% para 9% (WORLD BANK GROUP, 2018). A partir desses dados, é constatado que apesar das lacunas envolvendo as questões analisadas, o acesso ao setor financeiro apresentou um aumento significativo, ainda que não esteja detectável o quanto dessa porcentagem é composta por mulheres ruandesas.

3.1 As Ruandesas no Âmbito Político e no Âmbito Rural

Embora a série de leis e políticas (algumas supracitadas) aumentem os direitos das mulheres de herdar terras, possuir propriedades matrimoniais e tomar decisões em questões de propriedade familiar, ainda existem empecilhos significativos. Ao entrevistar mulheres ruandesas, Burnet (2008, p. 369) entendeu que a maioria não sabia da existência de um fundo de desenvolvimento de 1999 que distribuía recursos para mulheres conseguirem empréstimos para financiar projetos e gerarem renda. A minoria que obteve essa informação eram mulheres da elite que ocupavam cargos políticos. Logo, entende-se que o cuidado governamental de inclusão das mulheres preocupou-se apenas com mulheres de determinada parcela da comunidade.

Da mesma forma, Kagaba (2015, p. 575) explica as barreiras legais quanto ao acesso à terra ao mostrar que o registro formal de casamentos monogâmicos condiciona a divisão em partes iguais da propriedade matrimonial entre os cônjuges. As leis e

políticas relativas ao gênero e o artigo 26 da Constituição de Ruanda estão correlacionados; este artigo reconhece somente um casamento civil monogâmico entre uma mulher e um homem. As ruandesas em uniões consensuais e casamentos poligâmicos não possuem direitos legais à propriedade da família. Os regulamentos atuais fornecem direitos à terra para os filhos, e a mãe é protegida pelos direitos de seus filhos. Eles não fornecem nenhuma solução em caso de morte do marido casado sem registro que não possui herdeiros. Nesse caso, a propriedade do marido falecido retorna ao seu parente e a viúva não tem nenhum direito sobre a propriedade (UWAYEZU; MUGIRANEZA, 2011, p. 12). É válido reconhecer que o governo tem se esforçado para incentivar os casais a formalizar seus casamentos; alguns estudos mostram que até 33% dos casamentos ainda não estão registrados.

Nzayisenga (2016) já destacava que era “[...] claro que a lógica e os requisitos nacionais das reformas frequentemente se chocavam com as prioridades, práticas e necessidades dos agricultores localmente.” (NZAYISENGA, 2016, p. 11-12. Tradução Livre). Nota-se que as questões estão sendo tratadas dessa forma pela influência do feminismo liberal¹¹, apoiando de modo geral a defesa de leis neutras em relação ao gênero, aplicadas aos homens e mulheres igualmente. No entanto, o feminismo liberal, de acordo com Fraser (2003, p.19), parte de uma mulher liberal, a-histórica, ignorando a diferença entre as próprias mulheres, tendo em vista que esse âmbito do feminismo possui de fato uma posição centrada apenas no gênero.

Com alguns anos de antecedência, Oyeronke Oyewumi, pesquisadora feminista nigeriana, entendeu o que parece descrever a atual situação da mulher ruandesa ao explicar que existe um paradoxo na imposição da hegemonia ocidental às mulheres africanas. Isso se dá a partir da observação de que as mulheres de elite, ainda que detentoras dos privilégios de classe, parecem sofrer de forma mais “direta” com os efeitos negativos da dominação masculina; enquanto as mulheres de classes mais baixas possuem uma experiência de dominação masculina mais silenciada, possivelmente pelo fato de ser ofuscada por desvantagens socioeconômicas. Mesmo que essas desvantagens e a subordinação de gênero estejam entrelaçadas, o que se percebe é que a diferença entre as

¹¹ Este segue como característica da primeira onda feminista. Considera-se a primeira onda feminista o movimento que aconteceu do fim do século XIX até meados do século XX. As primeiras reivindicações foram por direitos que, na época, eram considerados básicos, como por exemplo, o voto. A princípio, as bandeiras levantadas pela primeira onda do feminismo foram convencionalmente identificadas com a luta das feministas liberais, mulheres de classe média e alta, que foram inspiradas pelas noções de Estado e Democracia fomentadas pela Revolução Francesa (FRANCHINI, 2017).

experiências das mulheres de elite e as de classe baixa quanto ao domínio masculino é importante como determinante da consciência da mulher ruandesa ao pensar em tomar, ou não, ações contra o sistema, segundo Oyewumi (1997, p. 155).

A ruandesa Mediatrice Kagaba (2015, p. 577), professora e especialista em gênero, paz, identificação, conflito e desenvolvimento, defende que há necessidade de observação e trabalho na rotina das mulheres nas comunidades rurais. Tendo em vista que é notável que as relações desiguais de gênero continuam sendo um desafio ainda maior nas famílias, o foco da sua pesquisa tende a ser na cônjuge que, casada legalmente e não envolvida em sindicatos, experimenta programas, políticas e leis relacionadas à emancipação feminina. Para a autora, a análise das experiências diárias das ruandesas que vivem no campo, mulheres comuns, é essencial porque pode fornecer informações significativas sobre os obstáculos imprevistos na implementação (e prática) das leis de igualdade de gênero.

Observa-se novamente a interseccionalidade que falta na implementação do Feminismo Liberal nas esferas política e legal. Independentemente do fato dessas mulheres terem ou não o melhor conhecimento da situação no país ou não terem vivenciado as mesmas experiências, ainda é relevante que suas diferentes experiências podem destacar pontos fracos e fortes relacionados às novas políticas de gênero. A pesquisa foi realizada com mulheres do distrito rural de Kamonyi. Kagaba conclui que embora o país tenha criado um ambiente favorável (na esfera legal) para a igualdade de gênero e mais direitos das mulheres, a configuração apresentada pelos relatos das ruandesas, do distrito supracitado, manifesta que nas famílias o exercício desses direitos pode resultar em consequências não intencionais para as mulheres; originam-se de várias normas sociais e culturais que ainda são conservados em Ruanda, funcionando com propósitos opostos.

É perceptível que os impactos da liderança feminina apontam que os benefícios ainda não chegaram às mulheres que vivem em áreas rurais ou que têm níveis mais baixos de educação. De acordo com a UN WOMEN, em 2018, o setor agrícola representa um terço do PIB de Ruanda e mais de 70% das mulheres ruandesas estão envolvidas em atividades agrícolas desde a infância. No entanto, elas não têm o mesmo acesso à terra, insumos de produção, finanças ou mercados que os homens. Como resultado, as mulheres agricultoras são principalmente relegadas à agricultura de subsistência. Enquanto suas famílias confiam em suas colheitas como a principal fonte de alimento e nutrição, a falta de insumos e tecnologias agrícolas de qualidade reduz o rendimento e a diversidade de

suas culturas. Por sua vez, esses fatores afetam diretamente a segurança alimentar de suas famílias (UN WOMEN, 2018).

Em 2011, o governo ruandês iniciou o Programa de Regularização Fundiária (ou LTR, sigla em inglês), no qual estabeleceu como meta a emissão de títulos registrados para todos os proprietários de terras no país. Em 2013, apenas 45% dos entrevistados em todo o país haviam coletado seu certificado final de terra, por causa das taxas de titulação, tributação ou até pela falta geral de incentivo para possuir um título.

Daniel Ayalew Ali (2014), pesquisador da Etiópia, realizou um estudo em 2014 para avaliar o impacto a curto prazo do LTR. O etíope notou que após comparar a extensão em que a propriedade da terra é formalizada e, ainda, analisar as meninas que são nomeadas como herdeiras da terra, foi permitido testar se a LTR ajudou a avançar a agenda de empoderamento feminino do governo de forma concreta. Entre os dados obtidos, as mulheres que não são casadas legalmente, ou seja, sem certidão de casamento, o LTR não proporcionou que essas mulheres tivessem a propriedade de terra documentada.

O esclarecimento e a documentação dos direitos reduziram a incerteza sobre a herança pretendida da terra, com benefícios consideráveis para as meninas. Ainda assim, estes benefícios não atingiram as mulheres de forma ampla, considerando que não obter a certidão de casamento é coerente com uma interpretação literal da lei de 2005, que nega os direitos formais à terra para aqueles em uniões informais. No entanto, não foram identificadas informações mais recentes sobre o andamento ou concretização dessas mudanças. No próximo tópico, serão abordadas outras formas de proporcionar inclusão e fazer valer a lei que, a princípio, favoreceria as mulheres do campo.

3.2 O Papel das Organizações em Ruanda

A posse da terra é uma parte importante das estruturas sociais, políticas e econômicas. É multidimensional, envolvendo aspectos sociais, técnicos, econômicos, institucionais, legais e políticos que são frequentemente ignorados, porém devem ser levados em consideração. As relações de posse da terra podem ser bem definidas e executadas a partir de tribunal formal ou através de estruturas consuetudinárias em uma comunidade (FAO, 2020). No entanto, o que se observa é que no caso das políticas agrárias e fundiárias de Ruanda, as métricas de avaliação agregada em larga escala usadas para reivindicar o sucesso das políticas contrasta com as experiências locais, devido ao

descuido na supervisão de impactos negativos, principalmente nos habitantes rurais mais pobres, através de, por exemplo, produção de subsistência interrompida, métodos agrícolas tradicionais e práticas sociais relacionadas (ANSOMS et al, 2018, p. 17).

Existem organizações, como Landesa (organização sem fins lucrativos), que estão atentas a essas mudanças e que defendem o trabalho com foco na garantia de direitos à terra em países pobres. A Landesa está presente em Ruanda desde 2007 e afirma executar o seu trabalho através de especialistas em posse de terras que adentram à zona rural para ter contato direto com agricultores pobres, principalmente mulheres. Após pesquisar leis e costumes existentes e seu impacto, trabalham com funcionários do governo em todos os níveis para desenvolver novas leis e programas que se encaixam em cada realidade (LANDESA, 2020). Entretanto, o que parece ser o diferencial da Landesa é que, trabalhando em parceria com o LTR, sua preocupação estava direcionada no fortalecimento dos direitos das mulheres à terra. A organização declara que entre 2011 e 2013:

Ajudamos a melhorar a capacidade do Escritório de Monitoramento de Gênero (uma agência governamental autônoma) para acompanhar o processo de LTR para garantir que os direitos à terra das mulheres sejam devidamente reconhecidos e advogar por melhorias no processo com base nos resultados do trabalho de monitoramento. A Landesa estabeleceu uma parceria com a ONG local de Ruanda, Haguruka¹² para melhorar as informações legais sobre LTR e suas implicações e benefícios, especialmente para mulheres em áreas rurais. Esse componente levou a uma campanha de sensibilização jurídica da LTR e à prestação de serviços de assistência jurídica da LTR, quando necessário. Estabelecemos uma parceria com a CARE International Ruanda para avaliar o impacto do diálogo da comunidade piloto e da campanha de conscientização da CARE para aumentar a participação das mulheres no processo de LTR e garantir que seus direitos à terra sejam formalizados. Nesse mesmo projeto, a Landesa estabeleceu uma parceria com a CARE para conduzir um estudo de base para avaliar se a formalização dos direitos à terra das mulheres leva a garantia à terra na prática e como isso mudou o poder de barganha das mulheres dentro da casa (LANDESA, 2020. Tradução Livre).

A ONG relata as realizações já alcançadas e parcerias com outras organizações, que defendem o mesmo objetivo: a emancipação das mulheres. Entre os trabalhos recentes realizados pela organização está uma parceria, de 2015 a 2020, que envolve o Governo de Ruanda, *Search For Common Ground*¹³, Haguruka e o Conselho Nacional

¹² Organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 1991. Seu foco está na defesa dos direitos das mulheres e crianças ruandesas, combatendo a violência e discriminação. Para uma pessoa vulnerável que precisa de representação, apoio e assistência jurídica, a organização possui um espaço com conselheiros para ajuda direta e confidencial (HAGURUKA, 2020).

¹³ Organização internacional sem fins lucrativos que tem como missão o combate a violência através da busca de soluções para tal juntamente com comunidades dos locais de atuação. Em Ruanda seu trabalho

da Mulher (apoiado pela USAID¹⁴) para criar uma rede de recursos comunitários para melhorar a estrutura legal, política e institucional para o gerenciamento de disputas de terra de maneira sensível ao gênero em suas comunidades. Todavia, dados com o propósito de informar os resultados atingidos através do projeto não foram encontrados.

Landesa é uma das organizações que, juntamente ao governo, tenta alcançar os objetivos da Ruanda Visão 2020, o plano de desenvolvimento econômico do país lançado em 2000. Ele baseia-se em dois pilares, um dos quais é a transformação da agricultura em um setor produtivo, de alto valor e orientado para o mercado. E assim, os direitos mais seguros para as mulheres de Ruanda são vistos como críticos não apenas para o empoderamento econômico das mulheres, mas também para ajudar Ruanda a alcançar uma série de metas de desenvolvimento. E esse não pode ser alcançado sem melhor apoio e proteção dos direitos à terra das mulheres. Em 2011, o Ministério das Finanças e Planejamento Econômico emitiu um relatório indicando o progresso das metas da Visão 2020. O relatório examinou os objetivos declarados do programa e as principais áreas identificadas como prioridades nas medidas corretivas foram população, pobreza e meio ambiente (REPÚBLICA DE RUANDA, 2011).

Outra organização, a feminista *Pro-Femmes*, ou *Twese Hamwe*, fundada em 1992 por mulheres, é pioneira no assunto. Contribuiu de forma significativa para a reconstrução do país após o genocídio e conseguiu atingir cerca de 60 organizações de mulheres, além da capacidade de mobilizar tanto as mulheres comuns nas áreas rurais quanto as elites nas áreas urbanas (MWAMBARI, 2018, p. 94). De acordo com entrevistas realizadas por Burnet (2008) com membros da *Pro-Femmes*, foi identificado que essas mulheres, juntamente com o Ministro de Gênero, Família e Assuntos Sociais, lideraram a iniciativa de defesa da “Lei de Herança”. A partir do início dos anos 1990, as entidades das Nações Unidas e organizações bilaterais começaram a focar em mulheres e crianças para obter assistência em sociedades devastadas pela guerra.

Sendo assim, organizações de mulheres se beneficiaram dessa ajuda direcionada, resultando em contribuições importantes para o crescimento das organizações da sociedade civil das mulheres. É válido ressaltar que o movimento das ruandesas em meados da década de 1990 deve ser visto como, sobretudo, genuíno, independente das contribuições de forças externas, ainda que significativas. A maioria das organizações

foca na promoção do diálogo entre os jovens envolvendo questões como conflitos de posse de terra. (SEARCH FOR COMMON GROUND, 2020).

¹⁴ Em Português, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

locais não permitiu que as agendas de parceiros internacionais conduzissem seus planos de trabalho, mesmo que talvez essas organizações de mulheres ruandesas não pudessem causar tanto impacto sem ajuda da comunidade internacional (BURNET, 2008, p. 375).

Jennie Burnet conclui que, além do suporte financeiro, também foi fornecido inspiração e apoio técnico:

As mulheres líderes de organizações da sociedade civil em Ruanda eram frequentemente enviadas para conferências internacionais ou intercâmbios educacionais, onde encontravam mulheres de outros países em desenvolvimento que enfrentavam desafios semelhantes. Elas voltaram energizadas por suas discussões com essas feministas do "terceiro mundo". Além disso, elas fizeram contatos com feministas da Europa, América do Norte e Austrália, que tinham os recursos para fornecer assistência contínua às organizações de mulheres ruandesas (BURNET, 2008, p. 375 Tradução livre).

Entre os projetos mais recentes, a *Pro-Femmes* conduz o Programa Igualdade de Gênero e Empoderamento da Mulher, implementado em oito distritos de Ruanda, que teve a duração de março de 2016 a fevereiro de 2020. O foco do projeto é trabalhar para capacitar social e economicamente mulheres e meninas para exercer seus direitos. Segundo o relatório do sistema de informações gerenciais da organização de dezembro de 2017, divulgado em seu website, são 144.427 membros, dos quais 79% são mulheres e meninas que obtêm suporte em treinamentos de alfabetização financeira e treinamento de desenvolvimento empresarial. Cerca de 120.000 ruandeses foram alcançados com a campanha de conscientização sobre violência (envolvendo também os homens) e por via desse ativismo comunitário, são nitidamente perceptíveis as mudanças de comportamento nos níveis individual, familiar e comunitário nos relatórios de monitoramento de projetos e nas histórias dos participantes, através dos relatórios gerenciais anuais (PRO-FEMMES, 2020). A *Pro-Femmes* segue como uma rede representativa da maioria das associações de mulheres em Ruanda, determinada a trabalhar manifestando-se contra injustiças, especialmente contra as mulheres, para que elas se tornassem uma voz de mudança (PRO-FEMMES, 2020). Em entrevista para Justine Uvuza, defensora da abordagem social do empoderamento das mulheres, uma mulher ruandesa declarou ter presenciado a organização estruturar treinamentos em liderança para candidatas às eleições parlamentares. Uvuza ainda observou que, mesmo algumas dessas mulheres sem capital suficiente, elas se beneficiaram do apoio financeiro dessas instituições para ajudá-las a conduzir suas campanhas (UVUZA, 2014, p. 105).

4. O(s) Feminismo(s) na África¹⁵

A influência da mulher ruandesa no período pré-colonial pode ser percebida através da sua denominação; chamadas de “Rainha Mãe”, as mulheres antes do final da década de 1880, segundo Uvuza (2014, p.12), exerciam seu papel de destaque nos processos de tomada de decisão através dos seus filhos, tendo em vista que esses, por sua vez, as identificavam como uma figura poderosa. Ainda contemporaneamente, essas questões são tratadas como uma cultura positiva em relação aos poderes de tomada de decisão das mulheres, entre muitos ruandeses. No entanto, o fato de apenas filhos herdarem a coroa refletia o status secundário das mulheres.

Observa-se então a ideologia patriarcal servindo de base ainda no período pré-colonial, onde o envolvimento das mulheres em assuntos públicos e familiares foi restrito, tendo em vista que suas opiniões deveriam ser tradicionalmente apresentadas através de uma figura masculina. Durante a sua pesquisa, Uvuza percebeu que até 1994, tradicionalmente, uma mulher estava sob custódia e proteção de um parente masculino. Logo, a ideologia patriarcal influenciou as percepções e o tratamento da família concedidos às meninas. Acredita-se que uma das maneiras tradicionais pelas quais uma mulher era desfavorecida dependia do seu estado civil, o que a posicionava como pertencente ao marido (UVUZA, 2014, p. 13).

Maria Lugones, filósofa argentina, ativista feminista e pesquisadora do Feminismo Decolonial, aborda a discussão supracitada através do conceito colonialidade de gênero. Em breve resumo, o conceito debatido por Lugones (2008) aborda a diminuição cognitiva, política, econômica e do controle reprodutivo, sujeitando as mulheres à condição de seres inferiores. Para a pesquisadora, a colonialidade de gênero pode ser afrontada através de um Feminismo Decolonial construído por mulheres que compreendem as diversas opressões interseccionadas de raça, classe e gênero (como defendido e explicado anteriormente pela brasileira Carla Akotirene), traduzindo-se em resistência múltipla; Lugones defende que a partir do Decolonialismo¹⁶ é possível enxergar melhor essas particularidades em discussão.

¹⁵ O termo é utilizado no plural, considerando o reconhecimento que as teorias em discussão resistem à rotulagem costumeira, intitulado seus próprios rótulos renomeados e ainda diferentes entre si.

¹⁶ O processo colonial deixou marcas profundas nos povos colonizados. O Decolonialismo surgiu como contribuição para a crítica a ação colonial do eurocentrismo e das suas dinâmicas gerais. Apesar das suas formulações iniciais não surgirem na África, essas já o alcançaram, se multiplicando e tornando-se tema de debate entre os colonizados no continente africano. O pensamento decolonial concerne a dar voz aos sujeitos colonizados, e esses por sua vez, produzem conhecimento considerando a invalidação das estruturas de dominação e exploração definidas pela colonialidade. Portanto, o Decolonialismo busca a

Independentemente dos recentes debates decoloniais – e além das particularidades da sociedade ruandesa – pesquisadoras, em todo o continente africano, que estudam o período colonial pautaram a presença do que pode ser chamado de consciência feminista nativa em vários movimentos de mulheres em todo o continente. Argumenta-se que essa consciência surgiu da sua resistência ao colonialismo, da sua participação nas lutas nacionalistas e que as mulheres frequentemente usavam formas e estratégias pré-coloniais de organização. Por exemplo, a historiadora feminista e australiana, Nina Mba (1982), é aprovada por pesquisadoras africanas devido às suas contribuições significativas no campo dos estudos sobre mulheres, especialmente em relação aos processos históricos negligenciados na sociedade nigeriana. Mba delinea o ativismo e engajamento político das mulheres na Nigéria ainda antes da onda moderna do feminismo no Ocidente.

A historiadora analisa a revolta das mulheres em 1929 no leste da Nigéria e afirma que as nigerianas estavam conscientes da importância das mulheres para a sociedade e da afirmação dos seus direitos como mulheres em relação aos homens; logo, nesse sentido, foi um movimento feminista (MBA, 1982, p. 91 apud DOSEKUN, 2007, p. 44). E ainda, a escritora feminista nigeriana, Amina Mama (1995, p. 03), constata que, por volta da década de 1920, um grupo de mulheres no Egito costumavam reunir-se e se autodenominar feministas.

De acordo com Lewis (2002, p. 05), já após o período colonial, surgem pesquisadoras desafiando tradições eurocêtricas, para definir formas e objetivos distintos para o feminismo na África, como Chikwenye Ogunyemi. Nesse período é observado o surgimento de publicações que descrevem a trabalho das mulheres africanas, especialmente nas lutas anti-coloniais, a partir de obras pioneiras. Desta maneira, verifica-se o crescimento dos estudos das mulheres e Feminismo na pesquisa e produção de conhecimentos africanos fortemente influenciados pelo caráter comunitário de muitos povos. As organizações e associações ligadas ou não à pesquisa acadêmica assumem papel importante, especialmente ao se juntarem em redes de trabalho e pesquisa (LEWIS, 2002, p. 06).

Ogunyemi é uma das estudiosas mais importantes da literatura sobre mulheres africanas pela abordagem do conceito *Womanism* Africano. A essência da definição da nigeriana para esse termo é a convicção de que a questão de gênero só pode ser tratada

emancipação absoluta de toda opressão e dominação, agindo de forma multidimensional, considerando cultura, política e economia; e então construindo um campo novo de consciência e entendimento, priorizando as vozes locais em detrimento do que foi, e ainda é imposto pelo processo colonial.

no contexto de outras questões relevantes para as mulheres africanas. Uma *womanist* africana "reconhecerá que, juntamente com sua consciência de questões sexuais, ela deve incorporar considerações raciais, culturais, nacionais, econômicas e políticas à sua filosofia" (OGUNYEMI, 1985, p. 64 Tradução Livre). Em entrevista dada a Susan Arndt em 1997, Chikwenye Ogunyemi declarou que o modelo afro-americano de *Womanism* ignora as peculiaridades africanas, pelo que, conseqüentemente, havia necessidade de se definir o *Womanism* Africano.

De acordo com Ogunyemi, existe a necessidade dessa distinção porque as feministas ocidentais ou ignoram completamente os problemas das mulheres africanas ou falam em nome de todas as mulheres sem estarem suficientemente informadas sobre as situações e problemas das mulheres de diferentes países ocidentais (OGUNYEMI apud ARNDT, 2000, p. 710). O *Womanism* Africano é vastamente aplicado na crítica literária; apesar de negar ser uma consequência do Feminismo, a teoria situa a visão feminista no confronto das mulheres negras com a cultura, o colonialismo e muitas outras formas de dominação que condicionam a vida das mulheres africanas.

Evidencia-se que em muitas pesquisas foi observado que, apesar dessas transformações, nem todas as pesquisadoras e/ou ativistas africanas se identificam como feministas. Entre os principais motivos, alegam o fato de ser produto do domínio ocidental branco, não racial conscientemente e mais voltado para o sujeito individualmente considerado. No entanto, muitas dizem que se enquadram no movimento de mulheres. A nigeriana Buchi Emecheta (1989) está entre as mulheres – que expôs suas ideias explicando que prefere não ser chamada de feminista porque estaria sendo definida pelo Ocidente – contestadas por Pinkie Mekgwe (2008, p. 17), africana nascida em Botswana, ao argumentar que o feminismo não é estranho ao contexto africano. Ela acredita que acusar todos os feminismos de imperialistas apaga da memória as longas histórias de resistências das mulheres ao sistema masculino de opressão, exercido tanto pelos colonizadores quanto pelos locais. Mekgwe defende que aconteceram levantes de mulheres ao redor do mundo que antecederam o Feminismo Ocidental ou ocorreram sem qualquer contato com as feministas ocidentais.

Além disso, a botsuanense fundamenta o seu pensamento a partir das ideias de Omolara Ogundipe-Leslie, aclamada crítica feminista e ativista nigeriana, afirmando que a mulher africana precisa estar consciente do contexto em que a sua postura feminista é formada; e ainda, estar consciente não somente do fato de que ela é uma mulher, mas, ao mesmo tempo, que ela é uma pessoa africana e do Terceiro Mundo. O seu raciocínio tem

que lidar com as falhas da sua sociedade, e também, ter cautela para não parecer estar de acordo com a ocidentalização em detrimento dos seus próprios costumes africanos (OGUNDIPE, 1987 apud MEKGWE, 2008, p. 18).

Omolara Ogundipe-Leslie criou sua teoria, o *Stiwanism*, em resposta aos africanos que não acreditam na necessidade do continente de participar do Feminismo e aos estudiosos que julgam os movimentos feministas africanos pelas noções ocidentais do Feminismo. O nome da teoria é um acrônimo para *Social Transformation Including Women in Africa* (Transformação Social Incluindo Mulheres na África, em Português), ela coloca as mulheres africanas no centro do discurso. Isso se deve ao fato de que o *Stiwanism* está profundamente enraizado nas experiências e realidades que as mulheres africanas enfrentam. Ogundipe (1994, p. 208) argumenta que a questão do gênero tem falhado em ser reconhecida, examinada e confrontada pelos teóricos da libertação africana, alegando que deve haver uma nova reordenação da sociedade (e uma estrutura familiar em particular) para se ter uma transformação verdadeira e bem-sucedida. A nigeriana apresenta preocupação com todo o continente e diz que “não pode haver libertação da sociedade africana sem a libertação das mulheres africanas” (OGUNDIPE, 1994, p. 209 Tradução Livre).

Outro conceito africano alternativo ao Feminismo inclui o *Motherism*, de Catherine Acholonu: uma forma materna de Feminismo que vê as mulheres rurais como realizando a tarefa necessária de nutrir a sociedade. Ao mesmo tempo, a mulher rural dá e nutre a vida, fornece alimento espiritual e transmite a sabedoria antiga de que precisa para sobreviver; ela seria a resposta para a crescente demanda por alimentos, sendo denominada como a "base econômica, agrícola, política, comercial e trabalhista de todas as nações" (ACHONOLU, 1995, p. 118 Tradução Livre). No entanto, é necessário analisar com cautela a reflexão da construção da mulher rural pelo *Motherism*. Tendo em vista que, embora defenda parcerias entre homens e mulheres para aliviar os efeitos devastadores do colonialismo nos povos africanos, este foca em atribuir o papel da garantia de um futuro principalmente à mulher rural, observa-se então, um afastamento das mulheres da cidade. A pesquisadora acusa o Feminismo Radical, de procedência ocidental, de ser “anti-mãe, anti-criança, anti-natureza e anti-cultura africana” (ACHONOLU, 1995, p. 80 Tradução Livre); e ainda, segundo a nigeriana, outro aspecto muito importante para uma adequada conceptualização de um feminismo africano será a aceitação e inclusão da condição de mãe (ACHONOLU 1995, p. 104).

Os conceitos africanos desafiam o termo “Feminismo”, tanto o termo ocidental como nas raízes, porque trazem à tona as experiências da mulher africana e que é significativamente diferente da mulher ocidental. Além disso, eles dependem de projetos inerentes à África, tiram das histórias e culturas desses povos para criar as ferramentas necessárias para encorajar as mulheres e educar os homens. De modo geral, a principal preocupação formulada por estas designações e seus conceitos é a busca e apresentação de um movimento autônomo das mulheres negras africanas, que seja um contraponto ao Feminismo euro-americano e dê corpo à crítica que as africanas pretendem fazer ao Feminismo ocidental, exclusivamente dependente da divisão de gênero e suas consequências. Contudo, nenhum dos conceitos conseguiu até agora ser suficientemente conhecido em todo o continente africano, considerando também que a intenção universalista é um traço eurocêntrico.

5. Os Desdobramentos da Emancipação das Mulheres Ruandesas e o(s) Feminismo(s) Africano(s)

O processo de emancipação das ruandesas desde o pós genocídio de 1994, pode ser relacionado com as ideias do Feminismo Negro Decolonial. As críticas e considerações feitas por autoras feministas envolvem diretamente à dinâmica da vida negra. Em uma entrevista dada em março de 1996, Ama Ata Aidoo, poeta e dramaturga ganesa, defensora do *Black Womanism*, afirma que sua compreensão de *Womanism* é igual ao Feminismo; no entanto, ao considerar o fato de serem africanas e negras, e a sua posição particular na história, as feministas acreditam que esse elemento singular dificulta o reconhecimento como feministas. Além disso, a autora diz saber que elas podem ser feministas, entretanto, por outro lado, o que é trazido ao discurso são as questões que as tornam *womanists* (AIDOO, 1996).

Ogunyemi levanta questões vividas pelas mulheres em Ruanda, e em outros países africanos, ao expor que

[...] enquanto a escritora branca protesta contra o sexismo, a escritora negra deve lidar com isso dentre muitos males; ela luta também com a desumanização resultante do racismo e da pobreza. As escritoras negras não se limitam a questões definidas por sua feminilidade, mas tentam abordar questões levantadas por sua humanidade (OGUNYEMI, 1985, p. 68 Tradução Livre).

A afirmação de Ogunyemi vê-se relacionada a alguns avanços em Ruanda, como por exemplo, a luta das mulheres contra a pobreza. Com a ajuda da organização *Pro-Femmes Twese Hamwe* junto ao Ministro de Gênero, Família e Assuntos Sociais, lideraram a iniciativa de assegurar a institucionalização da “Lei de Herança” (BURNET, 2008); como já citado anteriormente, concedeu às mulheres plenos direitos legais em relação a contratos e empregos, por exemplo. Outro fator importante, também, foi o impacto relevante do aumento da participação das mulheres no plano local - como autoridades eleitas em cargos não reservados para mulheres -, ajudando a legitimá-las como agentes políticos na imaginação popular de uma parte da sociedade rural (BURNET, 2011). Esses são esforços pela emancipação das ruandesas coerentes com o *Womanism*, que por sua vez observa a necessidade de incorporar, juntamente com a consciência de questões sexuais, outras considerações, como as econômicas e políticas (OGUNYEMI, 1985, p. 64).

O *Stiwanism*, defendido por teóricas como Ogunyemi Leslie, também se afasta do problema colocado pelo termo "Feminismo" e atenta-se em estar consciente de que, além de ser mulher, também é uma pessoa negra e africana, do Terceiro Mundo (OGUNDIPE, 1987 apud MEKGWE, 2008, p. 18). Nota-se o distanciamento do *Stiwanism* das políticas ruandesas através das leis e políticas relativas ao gênero e o artigo 26 da Constituição de Ruanda que estão correlacionados. Foi observado que estes beneficiavam principalmente as ruandesas da elite, onde possuem a competência de exercer o direito da herança ou adquirir propriedades; sendo assim, houve falhas em proteger as mulheres de outras classes sociais (KAGABA, 2015, p. 575; BURNET, 2008, p. 379). No desenrolar dessas práticas, nota-se a influência das características do Feminismo Liberal, que por sua vez apoia de modo geral a defesa de leis neutras em relação a ambos os gêneros, de maneira igual – não atua com uma agenda que envolva um enfrentamento às desigualdades, exploração do trabalho e ao capitalismo - abrindo lacunas, como o ocorrido em Ruanda.

Ainda de acordo com o *Stiwanism*, é fundamental ir contra o prejuízo causado aos costumes africanos, ocorrido por meio da ocidentalização (OGUNDIPE, 1987 apud MEKGWE, 2008, p. 18), ou seja, evitar o avanço de práticas consideradas ocidentais e seus níveis de influência dentro da sociedade africana. Através dessa teoria, Omolara persiste em "discutir as necessidades das mulheres africanas hoje na tradição dos espaços e estratégias fornecidas em nossas culturas nativas para as mulheres como um ser sociável" (OGUNDIPE, 1994, p. 230, Tradução Livre). A autora demonstra assim uma constante preocupação em buscar referências nas suas raízes.

O panorama a seguir retrata essa principal característica do Feminismo teorizado por Ogundipe: Burnet (2008, p. 375), durante sua pesquisa de campo, identificou que desde meados da década de 1990, o movimento das mulheres ruandesas deve ser considerado além dos esforços externos; deve ser visto como autêntico e legítimo. Como já supramencionado, a maioria das organizações locais não concordou que as agendas de parceiros internacionais conduzissem seus planejamentos. Burnet também indica que ONGs locais de mulheres lutavam para negociar os sistemas de ajuda internacional com o intuito de se tornar parceiras de organizações internacionais ou beneficiárias diretas de subsídios de ajuda provida do exterior (BURNET, 2008, 375).

Ainda, de acordo com Ogundipe (1994), o *Stiwanism* está profundamente enraizado nas experiências e realidades que as mulheres africanas enfrentam. Justine Uvuza (2016) identifica, a partir dos seus estudos realizados em Ruanda, o receio dessas mulheres que exercem cargos de poder ao conduzir sua vida pública e privada. Ademais, através das entrevistas, já mencionadas, com ruandesas em 2018, pode-se destacar o ceticismo social em relação à capacidade do exercício de um cargo público e até a desconfiança dos maridos. Muitos destes não enxergam o trabalho desempenhado por suas esposas como “trabalho de mulher”, duvidando das suas capacidades produtivas.

Sendo assim, essas mulheres que ocupam cadeiras parlamentares perceberam que seu poder político não necessariamente influencia empoderamento dentro de suas casas ou em outros ambientes públicos. Isto é, o *Stiwanism*, ou acrônimo para Transformação Social Incluindo Mulheres na África (em Português), mostra-se necessário para o processo contínuo de emancipação dessas mulheres, ainda que já tenha sido iniciado, mas aponta ainda o que não se alcançou. Para entender a opressão, em sua estrutura multidimensional, críticas transformadoras e práticas libertadoras precisam ocorrer em um nível estrutural e também na mente das pessoas (OGUNDIPE 1994, p. 146).

Ao defender a libertação da sociedade africana, através da libertação das mulheres africanas, Ogundipe (1994, p. 209) dá ênfase a uma nova reordenação da sociedade para que a transformação seja de fato bem-sucedida. Sendo assim, a ascensão das mulheres na política local e no acesso à terra fazem parte dessa transformação. De acordo com a UN WOMEN (2012), as mulheres ruandesas menos instruídas ou não familiarizadas com assuntos públicos apresentam dificuldade em acessar processos judiciais, tornando complexo acompanhar as mudanças econômicas e políticas (UN WOMEN, 2012), devido à dominação patriarcal e ao recorte de classe a que estão submetidas. Todavia, através de dados do *World Bank Group* (2018), nota-se o aumento da proporção de mulheres que

relatam acesso ao setor financeiro formal, de 36% para 63%, entre 2012 e 2015, o que indica avanços de acordo com essa perspectiva.

O *Motherism*, evidenciado pela nigeriana Catherine Acholonu, é outro conceito africano ao Feminismo importante para o atual cenário ruandês. A título de exemplo, dados da UN WOMEN (2018) mostram que o setor agrícola em Ruanda representa maior parte do PIB do país, além disso, a maioria das ruandesas estão envolvidas em atividades agrícolas desde meninas. Apesar disso, elas não possuem o mesmo acesso à terra, insumos de produção, finanças ou mercados que os homens. No caso, Acholonu (1995, p. 118) argumenta ser fundamental a solidariedade entre as mulheres principalmente com a natureza, essa relação é a essência da teoria; logo a “cooperação com aquilo que é a natureza é essencial para o entendimento do que é o *Motherism* e que a tarefa da *motherist* é a de cuidar e proteger a harmonia natural e fundamental da família, da criança, da sociedade e do ambiente onde ela coabita” (ACHONOLU, 1995, p. 94-95).

Sendo assim, a dificuldade que as mulheres enfrentam em Ruanda na agricultura afeta diretamente a segurança alimentar de suas famílias, tendo em vista que confiam em suas colheitas como a principal fonte de alimento, nutrição e sustento. Ademais, ONGs como a Landesa, apresentam um trabalho direcionado no fortalecimento dos direitos das mulheres à terra, até em parceria com outras organizações, inclusive locais, como a Haguruka. E entre os objetivos específicos, está a melhoria nas informações legais sobre LTR, suas implicações e benefícios, especialmente para mulheres em áreas rurais (LANDESA, 2020). Além disso, a organização atualmente ainda trabalha juntamente com o governo ruandês para alcançar os objetivos da Ruanda Visão 2020, plano de desenvolvimento econômico do país desenvolvido em 2000 (LANDESA, 2020). A Landesa possui boa representatividade e resultados no país, através do

trabalho de uma década em Ruanda [que] ajudou o governo a melhorar seus processos de formalização e resolução de disputas de terras e a cumprir a meta do governo de que as mulheres ruandesas entendam melhor, participem e se beneficiem dos esforços de formalização de terras implementados em todo o país (LANDESA, 2020).

Dessa forma, pode-se observar que com as concepções do(s) Feminismo(s) Negro Decolonial é possível verificar e analisar tanto os empecilhos, quanto os avanços no país, e onde se deve avançar mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou verificar o quanto o fenômeno de ascensão das mulheres na política ruandesa realmente implicou em mudança estrutural das mulheres, fortalecendo-as economicamente e socialmente. Para isso, o foco esteve na análise de dois dos pontos mais relevantes para a compreensão dessa situação no país: o acesso à terra e a ascensão dessas mulheres no âmbito político, para então, compreender suas relações com as principais ideias defendidas pelo(s) Feminismo(s) Africano(s) e os movimentos de mulheres negras africanas. É importante considerar que os objetivos apresentados para a realização dessa pesquisa, tal qual a questão que conduziu o trabalho, foram alcançadas e contempladas, porém as possibilidades de entendimento não foram esgotadas.

O discurso político atual sobre questões de gênero em Ruanda enfatiza quanto o país atingiu números importantes para a igualdade entre homens e mulheres. Atualmente, a nação está entre as dez primeiras no levantamento do The Global Gender Gap sobre igualdade de gênero; no entanto, ainda são escassas as discussões que abordam a realidade dessa emancipação da mulher ruandesa. O primeiro passo do trabalho foi identificar essas discussões e colocá-las em pauta. É evidente que as mudanças ocorridas se deram com ações do Governo ruandês, como a implementação de políticas através da “Lei da Herança” de 1999 e da Lei Orgânica da Terra de 2005; que, de maneira resumida, ajudaram as mulheres a não dependerem dos seus maridos em questões relacionadas à propriedade, alcançando direitos iguais de acesso à terra.

Além disso, a sociedade feminina ruandesa também possui contribuições para alcançar esses avanços. É constatado o aumento do envolvimento das mulheres nas estruturas de governança a nível local, se aproximando cada vez mais do poder para terem mais voz ativa nas mudanças. Elas também estão estruturadas em forma de organizações, como a Pro-Femme; esta foi importante na ajuda para a reconstrução do país após o genocídio de 1994 e até os dias atuais, estimulando mulheres, tanto da elite urbana quanto as camponesas da área rural, a manifestarem-se contra injustiças e fortalecendo o combate na emancipação das ruandesas para o alcance além do plano formal.

Sendo assim, este artigo priorizou adentrar nos debates que buscam investigar o quanto essas alterações afetam a vida das mulheres em Ruanda no âmbito do exercício desses direitos e até qual camada estes atingiram. Ainda que alcançando melhoria nos direitos na política e no acesso à terra, notou-se que a maioria das mulheres afetadas

diretamente são de uma mesma esfera: a população feminina da elite do país, próximas ao governo de Paul Kagame, presidente do Estado.

De acordo com a análise feita a partir dos estudos realizados por pesquisadoras e pesquisadores ruandeses e de outros países do continente africano, essas questões estão começando a penetrar nas discussões na academia, ainda que o foco majoritário seja nas discussões sobre as mulheres envolvidas no Parlamento. Com a ajuda de organizações não governamentais, como a Landesa, e da população feminina em si, o trabalho para superá-las já foi iniciado. Apesar disso, poucos foram os dados encontrados (tanto governamentais quanto das organizações) para serem apresentados neste artigo, com a finalidade de corroborar as ações que estão sendo realizadas, além dos resultados obtidos através delas.

O Feminismo Negro Decolonial Africano foi aqui apresentado a partir dos principais debates na literatura do continente. Percebe-se que a heterogeneidade do Feminismo Africano é consequência de uma reação à existência de várias condições sociais na África em ligação à abundância de narrativas individuais. Uma melhor compreensão sobre a existência de vários debates feministas dentro do continente pode ser encontrada no sentimento de exclusão a partir da falta de identificação com as ideias e abordagens do Feminismo Liberal Ocidental, resultando assim, em um distanciamento desse Feminismo apresentado às mulheres africanas.

O(s) Feminismo(s) Negro Africano(s) demonstraram ser um discurso crítico, rigoroso e criativo de resistência da experiência vivida que desafia os sistemas de conhecimento existentes de maneira singular. Apesar disso (e também por isso), as diferentes correntes da literatura feminista africana lidam com questões como a divisão tradicional do trabalho, que confere às mulheres a responsabilidade pelo lar e pelos filhos, de maneiras diferentes. Essa análise pode ser observada no tópico 5, onde foi contextualizado os debates feministas africanos na sociedade ruandesa e o desenvolvimento da emancipação destas mulheres.

Esse artigo coloca em pauta a dificuldade, citada anteriormente, no acesso aos resultados acessíveis à sociedade. Sendo assim, evidenciando esse quesito no âmbito acadêmico pode resultar em maior influência nas exigências da sociedade com o governo e as organizações em Ruanda. Ademais, a discussão aqui apresentada sobre o acesso à terra, a ascensão das mulheres em cargos políticos e o(s) Feminismo(s) Africano(s) é pertinente para os estudos africanos no Brasil, tendo em vista que temáticas como o acesso à terra, estão sendo fortemente debatidas na região da América Latina. E finalmente,

fomentar o interesse pelas questões africanas e seus desdobramentos na Academia e em terras brasileiras, tornando-se útil para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ACHOLONU, Catherine Obianuju. **Motherism: The Afrocentric Alternative to Feminism**. Owerri: Afa Publications, 1995.

ADEKUNLE, Julius. **Culture and Customs of Rwanda**. Culture and customs of Africa. Greenwood Press, 2007.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

ALI; Daniel A.; DEININGER, Klaus; GOLDSTEIN, Markus. **Environmental and gender impacts of land tenure regularization in Africa: Pilot evidence from Rwanda**. Journal of Development Economics, Volume 110, September 2014, 262-275.

ANSOMS, An; CIOFFO, Giuseppe; DAWSON, Neil; DESIERE, Sam; HUGGINS, Chris; LEEGWATER, Margot; MURISON, Jude; BISOKA, Aymar N.; TREIDL, Johanna; VAN DAMME, Julie. **The Rwandan agrarian and land sector modernisation: confronting macro performance with lived experiences on the ground**. Review of African Political Economy, 2018.

ARNDT, Susan. **African Gender Trouble and African Womanism: An Interview with Chikwenye Ogunyemi and Wanjira Muthoni**. Source: Signs, Vol. 25, No. 3, pp. 709-726, 2000.

AZODO, Ada Uzoamaka. **Interview with Ama Ata Aidoo: Facing the Millennium**. New York, 1996.

BURNET, Jennie E. **Gender Balance and the Meanings of Women in Governance in Postgenocide Rwanda**. African Affairs, 107/428, 2008, p. 361-386.

_____. **Genocide lives in us: Women, memory, and silence in Rwanda**. University of Wisconsin Press, 2012.

_____. **Women Have Found Respect: Gender Quotas, Symbolic Representation, and Female Empowerment in Rwanda**. Politics & Gender, 7(3) pp. 303-334, 2011.

_____. **Gender Balance and the Meanings of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda**. Anthropology Faculty Publications, 2008. Disponível em: <http://scholarworks.gsu.edu/anthro_facpub/5>. Acesso em: 08 de jan. 2020.

CHIRWA, Masauso. **Rwanda, is it a success story or exaggerated? Development history**. University of Zambia, European Scientific Journal, edition vol.11, No.20, 2015.

DOSEKUN, Simidele. **Defending Feminism in Africa**. Postamble 3, 1, 2007.

FAO (2020) **What Is Land Tenure**. Disponível em:

<<http://www.fao.org/3/y4307e/y4307e05.htm>>. Acesso em: 09 de jan. de 2020.

FRANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?** in: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>>. Acesso em: 30 de jan. 2020.

FRASER, Nancy, e HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition?: A Political Philosophical Exchange**. Verso, 2003.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de Informá-lo de Que Amanhã Seremos Mortos Com Nossas Famílias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS. **Country Development Cooperation Strategy Guidance, describes USAID/Rwanda's five-year Strategy**, 2015.

GROSGOUEL, Ramón. **The epistemic decolonial turn: beyond political-economy paradigms**. Cultural Studies 21. 2007. pp. 211-213.

HAMILTON, Heather B. **Rwanda's Women: The Key to Reconstruction**. Washington, D.C.: Journal of Humanitarian Assistance, 2000. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/rwanda/rwandas-women-key-reconstruction>>. Acesso em: 07 de jan. 2020.

KAGABA, Mediatrice. **Women's Experiences of Gender Equality Laws in Rural Rwanda: The Case of Kamonyi District**. Journal of Eastern African Studies, 2015.

KAGABA, Mediatrice. **Women's experiences of gender equality laws in rural Rwanda: the case of Kamonyi District**. Journal of Eastern African Studies, 2015.

LANDESA (2020) **Center For Women's Land Right**. Disponível em: <<https://www.landesa.org/what-we-do/womens-land-rights>>. Acesso em: 08 de jan. 2020.

LEWIS, Desirée. African Feminist Studies: 1980-2002: A Review Essay for the African Gender Institute's. **'Strengthening Gender and Women's Studies for Africa's Social Transformation Project'**, 2002.

_____. **Discursive Challenges for African Feminisms**. In: An African Journal of Philosophy. Vol. XX, No. 1-2, p. 77-96, 2006.

LIPPI, Camila Soares. **Relações de Gênero em Ruanda no Período Pós-Genocídio: Mudanças de Fato?**. Revista de Direitos Fundamentais & Democracia. V. 13 n. 13, 2013.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y género: Hacia un feminismo descolonial**. In: MIGNOLO, Walter (comp.): Género y Descolonialidad: Ediciones del Signo Buenos Aires, 2008. pp. 13-25.

MAMA, Amina. **Beyond the Masks: Race, Gender, and Subjectivity**. New York: Routledge, 1995.

MBA, Nina. **Nigerian Women Mobilized: Women's Political Activity in Southern Nigeria, 1900-1965**. Institute of International Studies, University of California, Berkeley, 1982.

MEIERHENRICH, J. **Presidential and parliamentary elections in Rwanda, 2003**. Electoral Studies, Vol. 25, 627–634, 2006.

MEKGWE, Pinkie. **Theorizing African Feminism(s): the 'Colonial' Question**. QUEST: An African Journal of Philosophy, 20 (1-2): 11-22, 2016.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O Genocídio em Ruanda e a Inércia da Comunidade**. Marília, v. 2, n. 2, 2013.

MUKAKAYUMBA, É. **Rwanda: La Violence Faite Aux Femmes en Contexte de Conflit Armé Généralisé**. Recherches féministes, p. 145–154, 1995.

MWAMBARI, D. Leadership Emergence in Post-Genocide Rwanda: **Leadership & Developing Societies**, v. 2, n. 1, p. 88-104, 26 jul. 2018.

NZAYISENGA, Marie Jeanne; ORJUELA, Camilla; SCHIERENBECK, Isabel. **Food (In)Security, Human (In)Security, Women's (In)Security: State Policies and Local Experiences in Rural Rwanda**. African Security, 2016.

OGUNDIPE-LESLIE, Molar. **Re-creating Ourselves: African Women & Critical Transformations**. Trenton, NJ: Africa World Press, 1994.

_____. **The Female Writer and her Commitment**. In: Jones, E.D., Palmer, E. and Jones, M., *Women in African Literature Today*. London and New York: James Currey, 1987.

OGUNYEMI, Chikwenye Okonjo. **Womanism: The Dynamics of the Contemporary Black Female Novel in English**. Signs: Journal of Women in Culture and Society: 63-80, 1985.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. NED - New edition. University of Minnesota Press, 1997.

PRUNIER, Gérard. **Africa's World War: Congo, the Rwandan Genocide, and the Making of a Continental Catastrophe**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

QUIJANO, Anibal. **Coloniality of power, ethnocentrism and Latin America**. Nepantla: Views from South, Volume 1, Issue 3, 2000, pp. 533-580.

REPUBLICA DE RUANDA. **Vision 2020 Progress and Way Forward**. Ministry of Finance and Economic Planning (MINECOFIN), 2011.

RIRHANDU, Mageza-Barthel. **Mobilizing transnational gender politics in post-genocide Rwanda**. Ashgate Publishing, Ltd, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes, Mito e Realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SILVA, Vera. **As mulheres no conflito armado do Ruanda**. Vila Franca de Xira, n. 24, p. 93-104, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602011000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 de jan. 2020.

UN WOMEN (2012) **Making Land Laws Work Better For Women in Rwanda**. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/news/stories/2012/6/making-land-laws-work-better-for-women-in-rwanda>>. Acesso em: 07 de jan. 2020.

UN WOMEN (2014) **Global Forum on Women in Parliaments in Rwanda**. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/news/stories/2014/7/global-forum-on-women-in-parliaments-in-rwanda>>. Acesso em: 07 de jan. 2020.

UN WOMEN (2018) **Revisiting Rwanda Five Years After Record-breaking Parliamentary Elections**. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/news/stories/2018/8/feature-rwanda-women-in-parliament>>. Acesso em: 07 de jan. de 2020.

UVUZA, Justine. **Invisibilia Interview**, NPR, 2016. Disponível: <<https://www.npr.org/2016/07/29/487807747/read-the-transcript>>. Acesso em: 06 de jan. 2020.

_____. **Hidden Inequalities: Rwandan Female Politicians' Experiences of Balancing Family and Political Responsibilities**. University of Newcastle, 2014.

UWAYEZU, Ernest. MUGIRANEZA, Theodimir. **Land Policy Reform in Rwanda and Land Tenure Security for all Citizens: Provision and Recognition of Women's Rights over Land**. Morocco, p. 18-22, 2011.

VALJI, Nahla. **Gender Justice and Reconciliation**. Dialogue on Globalization Occasional Papers. Berlin, nº35/November 2007. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdffiles/iez/05000.pdf>>. Acesso em: 07 de jan. 2020.

WORLD BANK GROUP. **Agriculture Finance Diagnostic Rwanda**, 2018.